



CPSMA
CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE
DA MICRORREGIÃO DO ACARAU



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
Secretaria da Saúde

**ACARAÚ - BELA CRUZ - CRUZ - ITAREMA- JIJOCA DE JERICOACOARA -
MARCO - MORRINHOS**

MINUTA DE TERMO DE REFERÊNCIA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXXXXX/XXXX
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 00001.20240321/0002-44

1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de impressos e materiais gráficos para atendimento das demandas do Centro de Especialidades Odontológicas Dr. Nestor de Paula Pessoa, Policlínica Dr. Plácido Marinho de Andrade e Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Acaraú., conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

LOTE I - DIVULGAÇÃO / COMUNICAÇÃO / SINALIZAÇÃO					
ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	UND	V. UNIT	V. TOTAL
1	ADESIVO PERSONALIZADO	130.0	Metro		
Especificação: ADESIVO PERSONALIZADO					
2	BANNER C/IMPRESSÃO DIGITAL 1,20X1,80CM	50.0	Unidade		
Especificação: BANNER C/IMPRESSÃO DIGITAL 1,20X1,80CM					
3	BANNER C/IMPRESSÃO DIGITAL 1,30X1,0CM	50.0	Unidade		
Especificação: BANNER C/IMPRESSÃO DIGITAL 1,30X1,0CM					
4	CARTÕES DE VISITA COLORIDOS	6000.0	Unidade		
Especificação: CARTÕES DE VISITA COLORIDOS					
5	MOBILE REDONDO EM PVC IMPRESSÃO F/V 40X40CM	80.0	Unidade		
Especificação: MOBILE REDONDO EM PVC IMPRESSÃO F/V 40X40CM					
6	PANFLETOS OUVIDORIA 15X21CM, PAPEL COUCHÊ 120G 4X0 COR	6000.0	Unidade		
Especificação: PANFLETOS OUVIDORIA 15X21CM, PAPEL COUCHÊ 120G 4X0 COR					
7	PANFLETOS OUVIDORIA 20X10CM, PAPEL COUCHÊ 120G 4X0 COR	4000.0	Unidade		
Especificação: PANFLETOS OUVIDORIA 20X10CM, PAPEL COUCHÊ 120G 4X0 COR					
8	PLACA DE SINALIZAÇÃO DE PONTA EM PVC T-40X12CM	300.0	Unidade		
Especificação: PLACA DE SINALIZAÇÃO DE PONTA EM PVC T-40X12CM					

LOTE II - BLOCOS E OUTROS					
ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	UND	V. UNIT	V. TOTAL
9	ANAMNESE NUTRICIONAL T-9 100X1 VIA, 4X0 COR, AP 70G	50.0	Bloco		
Especificação: ANAMNESE NUTRICIONAL T-9 100X1 VIA, 4X0 COR, AP 70G					



CPSMA
CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE
DA MICRORREGIÃO DO ACARAU



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
Secretaria da Saúde

**ACARAÚ - BELA CRUZ - CRUZ - ITAREMA- JIJOCA DE JERICOACOARA -
MARCO - MORRINHOS**

10	ATESTADO MÉDICO T-18 100X1 VIA, 4X0 COR, AP 70G	200.0	Bloco		
Especificação: ATESTADO MÉDICO T-18 100X1 VIA, 4X0 COR, AP 70G					
11	AUDIOMETRIA TONAL T-18 100X1 VIA, 4X0 COR, AP 70G	20.0	Bloco		
Especificação: AUDIOMETRIA TONAL T-18 100X1 VIA, 4X0 COR, AP 70G					
12	AVALIAÇÃO TERAPÊUTICA T-9 100X1 VIA, 4X0 COR, AP 70G	40.0	Bloco		
Especificação: AVALIAÇÃO TERAPÊUTICA T-9 100X1 VIA, 4X0 COR, AP 70G					
13	CONTRA REFERÊNCIA T-9 100X1 VIA, 4X0 COR, AP 70G	40.0	Bloco		
Especificação: CONTRA REFERÊNCIA T-9 100X1 VIA, 4X0 COR, AP 70G					
14	CONTROLE DE ESTOQUE T-9 100X1 VIA, 4X0 COR, AP 70G	100.0	Bloco		
Especificação: CONTROLE DE ESTOQUE T-9 100X1 VIA, 4X0 COR, AP 70G					
15	CONTROLE DE INSTRUMENTAL T-9 100X1 VIA, 4X0 COR, AP 70G	140.0	Bloco		
Especificação: CONTROLE DE INSTRUMENTAL T-9 100X1 VIA, 4X0 COR, AP 70G					
16	CONTROLE DE TEMPERATURA T-9 100X1 VIA, 4X0 COR, AP 70G	80.0	Bloco		
Especificação: CONTROLE DE TEMPERATURA T-9 100X1 VIA, 4X0 COR, AP 70G					
17	ECOCARDIOGRAMA T09 100X1 VIA, 4X0 COR, AP 70G	40.0	Bloco		
Especificação: ECOCARDIOGRAMA T09 100X1 VIA, 4X0 COR, AP 70G					
18	ENCAMINHAMENTO T-9 100X1 VIA, 4X0 COR, AP 70G	40.0	Bloco		
Especificação: ENCAMINHAMENTO T-9 100X1 VIA, 4X0 COR, AP 70G					
19	ENCAMINHAMENTO INTERNO T-9 100X1 VIA, 4X0 COR, AP 70G	60.0	Bloco		
Especificação: ENCAMINHAMENTO INTERNO T-9 100X1 VIA, 4X0 COR, AP 70G					
20	FICHA DE AVALIAÇÃO FISIOTERAPÊUTICA T-9 100X1 VIA, 4X0 COR, AP 70G	40.0	Bloco		
Especificação: FICHA DE AVALIAÇÃO FISIOTERAPÊUTICA T-9 100X1 VIA, 4X0 COR, AP 70G					
21	FICHA DE CONTROLE DE EVOLUÇÃO T-18 100X1 VIA, 4X0 COR, AP 70G	60.0	Bloco		
Especificação: FICHA DE CONTROLE DE EVOLUÇÃO T-18 100X1 VIA, 4X0 COR, AP 70G					
22	FICHA DE EVOLUÇÃO T-9 100X1 VIA, 4X0 COR, AP 70G	40.0	Bloco		
Especificação: FICHA DE EVOLUÇÃO T-9 100X1 VIA, 4X0 COR, AP 70G					
23	FICHA DE EVOLUÇÃO CLÍNICA 100X1 VIA, 4X0 COR, AP 70G	60.0	Bloco		
Especificação: FICHA DE EVOLUÇÃO CLÍNICA 100X1 VIA, 4X0 COR, AP 70G					
24	FICHA DE REFERÊNCIA T-9 25X3 VIAS, 4X0 COR, AP 70G	100.0	Bloco		
Especificação: FICHA DE REFERÊNCIA T-9 25X3 VIAS, 4X0 COR, AP 70G					
25	FICHA PARA SEGMENTO DE TRATAMENTO T-9 100X1 VIA, 4X0 COR, AP 70G	40.0	Bloco		
Especificação: FICHA PARA SEGMENTO DE TRATAMENTO T-9 100X1 VIA, 4X0 COR, AP 70G					
26	FOLHA DE REGISTROS T-9 100X1 VIA, 4X0 COR, AP 70G	40.0	Bloco		



CPSMA
CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE
DA MICRORREGIÃO DO ACARAU



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
Secretaria da Saúde

**ACARAÚ - BELA CRUZ - CRUZ - ITAREMA- JIJOCA DE JERICOACOARA -
MARCO - MORRINHOS**

Especificação: FOLHA DE REGISTROS T-9 100X1 VIA, 4X0 COR, AP 70G					
27	LAUDO EGG T-9 100X1 VIA, 1X0 COR, AP 70G	40.0	Bloco		
Especificação: LAUDO EGG T-9 100X1 VIA, 1X0 COR, AP 70G					
28	MAPA ATENDIMENTO DIÁRIO T-18 100X1 VIA, 4X1 COR, AP 70G	140.0	Bloco		
Especificação: MAPA ATENDIMENTO DIÁRIO T-18 100X1 VIA, 4X1 COR, AP 70G					
29	MASTOLOGIA ANAMNESE T-9 100X1 VIA, 4X0 COR, AP 70G	50.0	Bloco		
Especificação: MASTOLOGIA ANAMNESE T-9 100X1 VIA, 4X0 COR, AP 70G					
30	OPORTUNIDADE DE MELHORIA T-18 100X1 VIA, COR, AP 70G	80.0	Bloco		
Especificação: OPORTUNIDADE DE MELHORIA T-18 100X1 VIA, COR, AP 70G					
31	ORIENTAÇÕES ALIMENTARES P/PESSOAS COM DIABETES T-9 100X1 VIA, 4X0 COR, AP 70G	40.0	Bloco		
Especificação: ORIENTAÇÕES ALIMENTARES P/PESSOAS COM DIABETES T-9 100X1 VIA, 4X0 COR, AP 70G					
32	ORIENTAÇÕES ALIMENTARES P/PESSOAS COM DISPLIDEMIA T-9 100X1 VIA, 4X0 COR, AP 70G	40.0	Bloco		
Especificação: ORIENTAÇÕES ALIMENTARES P/PESSOAS COM DISPLIDEMIA T-9 100X1 VIA, 4X0 COR, AP 70G					
33	ORIENTAÇÕES ALIMENTARES P/PESSOAS COM HIPERTENSÃO ARTERIAL T-9 100X1 VIA, 4X0 COR, AP 70G	40.0	Bloco		
Especificação: ORIENTAÇÕES ALIMENTARES P/PESSOAS COM HIPERTENSÃO ARTERIAL T-9 100X1 VIA, 4X0 COR, AP 70G					
34	10 PASSOS P/UMA ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL T-9 100X1 VIA, 4X0 COR, AP 70G	40.0	Bloco		
Especificação: 10 PASSOS P/UMA ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL T-9 100X1 VIA, 4X0 COR, AP 70G					
35	PEDIDO DE MATERIAL T-9 100X1 VIA, 4X0 COR, AP 70G	150.0	Bloco		
Especificação: PEDIDO DE MATERIAL T-9 100X1 VIA, 4X0 COR, AP 70G					
36	PEQUENOS PROCEDIMENTOS 4X0 COR T-9 100X1 VIA, AP 70G	40.0	Bloco		
Especificação: PEQUENOS PROCEDIMENTOS 4X0 COR T-9 100X1 VIA, AP 70G					
37	PLANO ALIMENTAR T-9 100X1 VIA, 4X0 COR, AP 70G	40.0	Bloco		
Especificação: PLANO ALIMENTAR T-9 100X1 VIA, 4X0 COR, AP 70G					
38	PROCEDIMENTO AMBULATORIAL T-9 100X1 VIA, 4X0 COR, AP 70G	40.0	Bloco		
Especificação: PROCEDIMENTO AMBULATORIAL T-9 100X1 VIA, 4X0 COR, AP 70G					
39	QUESTIONÁRIO DE MAMOGRAFIA T-9 100X1 VIA, 4X0 COR, AP 70G	40.0	Bloco		
Especificação: QUESTIONÁRIO DE MAMOGRAFIA T-9 100X1 VIA, 4X0 COR, AP 70G					
40	RECEITUÁRIO AZUL 100X1 T-20X10CM AP 70G	400.0	Bloco		
Especificação: RECEITUÁRIO AZUL 100X1 T-20X10CM AP 70G					
41	RECEITUÁRIO CONTROLE ESPECIAL 50X2 VIAS T-15X21CM, AP 70G	200.0	Bloco		
Especificação: RECEITUÁRIO CONTROLE ESPECIAL 50X2 VIAS T-15X21CM, AP 70G					
42	RECEITUÁRIO MÉDICO T-18 100X1 VIA, 4X0 COR, AP 70G	200.0	Bloco		



CPSMA
CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE
DA MICRORREGIÃO DO ACARAÚ



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
Secretaria da Saúde

**ACARAÚ - BELA CRUZ - CRUZ - ITAREMA- JIJOCA DE JERICOACOARA -
MARCO - MORRINHOS**

Especificação: RECEITUÁRIO MÉDICO T-18 100X1 VIA, 4X0 COR, AP 70G					
43	REGISTRO DE COLPOSCOPIA 4X0 COR, T-9 AP 70G	50.0	Bloco		
Especificação: REGISTRO DE COLPOSCOPIA 4X0 COR, T-9 AP 70G					
44	REQUISIÇÃO DE EXAME CITOPATOLÓGICO 4X1 COR T9, AP 70G	50.0	Bloco		
Especificação: REQUISIÇÃO DE EXAME CITOPATOLÓGICO 4X1 COR T9, AP 70G					
45	REQUISIÇÃO DE EXAME HISTOPATOLÓGICO COLO DO ÚTERO T-9 100X1 VIA, 4X0 COR, AP 70G	50.0	Bloco		
Especificação: REQUISIÇÃO DE EXAME HISTOPATOLÓGICO COLO DO ÚTERO T-9 100X1 VIA, 4X0 COR, AP 70G					
46	REQUISIÇÃO DE MAMOGRAFIA 4X1 COR T-9 AP 70G	100.0	Bloco		
Especificação: REQUISIÇÃO DE MAMOGRAFIA 4X1 COR T-9 AP 70G					
47	REQUISIÇÃO DE MATERIAL 50X2 VIAS T-15X21CM AP 70G	100.0	Bloco		
Especificação: REQUISIÇÃO DE MATERIAL 50X2 VIAS T-15X21CM AP 70G					
48	RETORNO T-64 100X1 VIA 4X0 COR, AP 70G	80.0	Bloco		
Especificação: RETORNO T-64 100X1 VIA 4X0 COR, AP 70G					
49	SOLICITAÇÃO DE EXAME ANOMOPATOLÓGICO T-9 100X1 VIA, 4X0 COR, AP 70G	50.0	Bloco		
Especificação: SOLICITAÇÃO DE EXAME ANOMOPATOLÓGICO T-9 100X1 VIA, 4X0 COR, AP 70G					
50	SOLICITAÇÃO DE EXAME CARDIOLÓGICO T-8 100X1 VIA, 4X0 COR, AP 70G	50.0	Bloco		
Especificação: SOLICITAÇÃO DE EXAME CARDIOLÓGICO T-8 100X1 VIA, 4X0 COR, AP 70G					
51	SOLICITAÇÃO DE EXAME T-9 100X1 VIA, 4X0 COR, AP 70G	50.0	Bloco		
Especificação: SOLICITAÇÃO DE EXAME T-9 100X1 VIA, 4X0 COR, AP 70G					
52	SOLICITAÇÃO DE EXAME T-18, 50X2 VIAS. 4X0 COR, AP 70G	50.0	Bloco		
Especificação: SOLICITAÇÃO DE EXAME T-18, 50X2 VIAS. 4X0 COR, AP 70G					
53	SOLICITAÇÃO DE EXAME RADIOLÓGICO T-18, 100X1 VIA, 4X0 COR, AP 70G	50.0	Bloco		
Especificação: SOLICITAÇÃO DE EXAME RADIOLÓGICO T-18, 100X1 VIA, 4X0 COR, AP 70G					
54	CICLO DA AUTOCLAVE 100X1 VIA, T-18, 4X0 COR, AP 70G	140.0	Bloco		
Especificação: CICLO DA AUTOCLAVE 100X1 VIA, T-18, 4X0 COR, AP 70G					
55	CARTÃO DE AGENDAMENTO 7,5X10CM, 4X1 COR, PAPEL CARTÃO	2000.0	Unidade		
Especificação: CARTÃO DE AGENDAMENTO 7,5X10CM, 4X1 COR, PAPEL CARTÃO					
56	CARTÃO DE APRAZAMENTO 7,5X10CM, 4X1 COR, PAPEL CARTÃO	1000.0	Unidade		
Especificação: CARTÃO DE APRAZAMENTO 7,5X10CM, 4X1 COR, PAPEL CARTÃO					
57	CARTÃO DE RETORNO 10X15CM PAPEL CARTÃO	1500.0	Unidade		
Especificação: CARTÃO DE RETORNO 10X15CM PAPEL CARTÃO					



CPSMA
CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE
DA MICRORREGIÃO DO ACARAU



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
Secretaria da Saúde

**ACARAÚ - BELA CRUZ - CRUZ - ITAREMA- JIJOCA DE JERICOACOARA -
MARCO - MORRINHOS**

58	CAPA DE PROCESSO 1X0 COR, T-4 PAPEL 40KG	2000.0	Unidade		
Especificação: CAPA DE PROCESSO 1X0 COR, T-4 PAPEL 40KG					

LOTE III - CARIMBOS					
ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	UND	V. UNIT	V. TOTAL
59	CARIMBO AUTOMÁTICO 4927	30.0	Unidade		
Especificação: CARIMBO AUTOMÁTICO 4927					
60	CARIMBO AUTOMÁTICO 4911	30.0	Unidade		
Especificação: CARIMBO AUTOMÁTICO 4911					
61	CARIMBO AUTOMÁTICO 4912	30.0	Unidade		
Especificação: CARIMBO AUTOMÁTICO 4912					
62	CARIMBO AUTOMÁTICO 4724	30.0	Unidade		
Especificação: CARIMBO AUTOMÁTICO 4724					
63	CARIMBO DE MADEIRA REDONDO 3CM DIÂMETRO	20.0	Unidade		
Especificação: CARIMBO DE MADEIRA REDONDO 3CM DIÂMETRO					

LOTE IV - ENVELOPES					
ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	UND	V. UNIT	V. TOTAL
64	ENVELOPE COLORIDO T-29X32CM, COM FACA DE CORTE	4000.0	Unidade		
Especificação: ENVELOPE COLORIDO T-29X32CM, COM FACA DE CORTE					
65	ENVELOPE CONSÓRCIO SAÚDE CPSMA, T-37X45CM	10000.0	Unidade		
Especificação: ENVELOPE CONSÓRCIO SAÚDE CPSMA, T-37X45CM					
66	ENVELOPE T-30X41CM COLORIDO C/FACA DE CORTE PERSONALIZADO	7000.0	Unidade		
Especificação: ENVELOPE T-30X41CM COLORIDO C/FACA DE CORTE PERSONALIZADO					
67	ENVELOPE G T-26X37CM, COLORIDO C/FACA DE CORTE PERNALIZADO	15000.0	Unidade		
Especificação: ENVELOPE G T-26X37CM, COLORIDO C/FACA DE CORTE PERNALIZADO					
68	ENVELOPE M T-18X25CM, COLORIDO C/FACA DE CORTE PERSONALIZADO	4000.0	Unidade		
Especificação: ENVELOPE M T-18X25CM, COLORIDO C/FACA DE CORTE PERSONALIZADO					
69	ENVELOPE T-24X34CM, COLORIDO C/FACA DE CORTE T-11X23CM PERSONALIZADO	4000.0	Unidade		
Especificação: ENVELOPE T-24X34CM, COLORIDO C/FACA DE CORTE T-11X23CM PERSONALIZADO					
70	ENVELOPE OFÍCIO COLORIDO C/FACA DE CORTE T-11X23CM PERSONALIZADO	6000.0	Unidade		
Especificação: ENVELOPE OFÍCIO COLORIDO C/FACA DE CORTE T-11X23CM PERSONALIZADO					

1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.



CPSMA
CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE
DA MICRORREGIÃO DO ACARAU



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
Secretaria da Saúde

**ACARAÚ - BELA CRUZ - CRUZ - ITAREMA - JIJOCÁ DE JERICOACOARA -
MARCO - MORRINHOS**

1.3. O prazo de vigência da contratação é de de 12 meses, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO E DA DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E DA ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. A descrição dos requisitos da contratação encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4.2. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. DO MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

5.1. O prazo de execução dos serviços será de de 12 meses, contado da emissão da assinatura do contrato .

5.2. Caso não seja possível a execução dos serviços no prazo avençado, o contratado deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 30 (trinta) dias de antecedência para que o pleito de prorrogação de prazo seja analisado pela contratante, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

6. DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (caput do art. 115 da Lei nº 14.133, de 2021).

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo



CPSMA
CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE
DA MICRORREGIÃO DO ACARAU



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
Secretaria da Saúde

**ACARAÚ - BELA CRUZ - CRUZ - ITAREMA- JIJOCA DE JERICOACOARA -
MARCO - MORRINHOS**

correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (§5º do art. 115 da Lei nº 14.133, de 2021).

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim .

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante do Contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do termo de contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade convocará o representante do contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (caput do art. 117 da Lei nº 14.133, de 2021).

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

6.7.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção;

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato (inciso V do art. 22 do Decreto nº 11.246, de 2022).



CPSMA
CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE
DA MICRORREGIÃO DO ACARAU



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
Secretaria da Saúde

**ACARAÚ - BELA CRUZ - CRUZ - ITAREMA- JIJOCA DE JERICOACOARA -
MARCO - MORRINHOS**

6.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.8.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.9.1. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.9.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.9.3. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.9.4. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.



CPSMA
CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE
DA MICRORREGIÃO DO ACARAU



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
Secretaria da Saúde

**ACARAÚ - BELA CRUZ - CRUZ - ITAREMA- JIJOCA DE JERICOACOARA -
MARCO - MORRINHOS**

6.10. O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

6.11. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

7. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 03 (três) dias, a contar da notificação do contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.



CPSMA
CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE
DA MICRORREGIÃO DO ACARAU



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
Secretaria da Saúde

**ACARAÚ - BELA CRUZ - CRUZ - ITAREMA- JIJOCA DE JERICOACOARA -
MARCO - MORRINHOS**

7.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.8. Recebida a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

7.8.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.9. Para fins de liquidação, quando cabível, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.10. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.11. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta junto ao cadastro de fornecedores ou no registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.12. A Administração deverá realizar consulta ao o cadastro de fornecedores ou no registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;



CPSMA
CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE
DA MICRORREGIÃO DO ACARAU



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
Secretaria da Saúde

**ACARAÚ - BELA CRUZ - CRUZ - ITAREMA- JIJOCÁ DE JERICOACOARA -
MARCO - MORRINHOS**

b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.13. Constatando-se, junto o cadastro de fornecedores ou no registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.14. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.15. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.16. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao o cadastro de fornecedores ou no registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

7.17. Em atendimento ao inciso VI do art. 92 da Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021, o pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa.

7.18. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de correção monetária.

7.19. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.20. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.21. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.



CPSMA
CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE
DA MICRORREGIÃO DO ACARAU



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
Secretaria da Saúde

**ACARAÚ - BELA CRUZ - CRUZ - ITAREMA - JIJOCÁ DE JERICOACOARA -
MARCO - MORRINHOS**

7.21.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.22. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.23.A antecipação de pagamento somente será permitida se propiciar sensível economia de recursos ou se representar condição indispensável para a obtenção do bem ou para a prestação do serviço, conforme determina o § 1º do art. 145 da lei Federal nº 14.133/21.

8. DA FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade pregão, sob a forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo Menor Preço

8.2. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação Jurídica

8.3. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.4. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.5. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.6. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;



CPSMA
CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE
DA MICRORREGIÃO DO ACARAU



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
Secretaria da Saúde

**ACARAÚ - BELA CRUZ - CRUZ - ITAREMA- JIJOCA DE JERICOACOARA -
MARCO - MORRINHOS**

8.7. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.

8.8. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.9. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.10. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.11. Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do §2º do art. 4º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

8.12. Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS - CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos dos arts. 17 a 19 e 165 da Instrução Normativa RFB nº 971, de 13 de novembro de 2009.

8.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista

8.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso;

8.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU)



CPSMA
CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE
DA MICRORREGIÃO DO ACARAÚ



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
Secretaria da Saúde

**ACARAÚ - BELA CRUZ - CRUZ - ITAREMA- JIJOCÁ DE JERICOACOARA -
MARCO - MORRINHOS**

por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.19. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Municipal/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais/municipais ou distritais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.21. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.22. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física (alínea "c" do inciso II do art. 5º da IN Seges/ME nº 116, de 2021) ou de sociedade simples;

8.23. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante (inciso II do art. 69 da Lei nº 14.133, de 2021);

8.24. Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:



CPSMA
CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE
DA MICRORREGIÃO DO ACARAÚ



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
Secretaria da Saúde

**ACARAÚ - BELA CRUZ - CRUZ - ITAREMA- JIJOCÁ DE JERICOACOARA -
MARCO - MORRINHOS**

I - Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) ÷ (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);

II - Solvência Geral (SG) = (Ativo Total) ÷ (Passivo Circulante + Passivo não Circulante); e

III - Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante) ÷ (Passivo Circulante).

8.25. Caso o licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo OU patrimônio líquido mínimo de 5% (cinco por cento) do valor total estimado da contratação.

8.26. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura (§1º do art. 65 da Lei nº 14.133, de 2021).

8.27. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos (§6º do art. 69 da Lei nº 14.133, de 2021).

8.27.1. No caso de fornecimento de bens para pronta entrega, não será exigida da microempresa ou da empresa de pequeno porte a apresentação de balanço patrimonial do último exercício social, conforme dispõe o art. 3º do Decreto nº 8.538, de 2015.

8.28. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo licitante.

Qualificação Técnica

8.29. Comprovação de aptidão para execução dos serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.30. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.31. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração,



CPSMA
CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE
DA MICRORREGIÃO DO ACARAÚ



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
Secretaria da Saúde

**ACARAÚ - BELA CRUZ - CRUZ - ITAREMA- JIJOCA DE JERICOACOARA -
MARCO - MORRINHOS**

cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento, na(s) dotação(ões) 0101.10.302.0004.2.003 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DA POLICLÍNICA DO CPSMA, no(s) elemento(s) de despesa(s): 33903963 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica; 0101.10.302.0004.2.002 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DO CENTRO DE ESPECIALIDADES ODONTOLÓGICAS - CEO/CPSMA, no(s) elemento(s) de despesa(s): 33903963 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica; 0101.10.122.0004.2.001 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CPSMA, no(s) elemento(s) de despesa(s): 33903963 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica;

9.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

10. DA PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS REUNIDAS SOB A FORMA DE CONSÓRCIO

10.1. Tendo em vista que, é prerrogativa do Poder Público, na condição de contratante, a escolha da participação, ou não, de empresas constituídas sob a forma de consórcio, com as devidas justificativas, conforme se depreende da literalidade do texto da Lei Federal nº 14.133/2021, art. 18, inciso IX e, ainda, o entendimento do Acórdão TCU nº 1316/2010, que atribui à Administração a prerrogativa de admissão de consórcios em licitações por ela promovidas, fica vedada a participação de empresas reunidas sob a forma de consórcio, sendo que, neste caso o objeto a ser licitado não envolve questões de alta complexidade técnica, ao ponto de haver necessidade de parcelamento do objeto, através da união de esforços.

ACARAÚ/(CE), 05 de junho de 2024